



III Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2013



SEMINÁRIO WSIS+10

RELATÓRIO COMPLETO

Belém, 04 de setembro de 2013



1. INTRODUÇÃO

O Seminário WSIS+10 teve como objetivo olhar para o passado e também para o futuro da Internet, analisando a sua governança em termos internacionais desde o seu início e procurando entender os acontecimentos no Brasil e no exterior que culminaram em vários projetos internacionais. Entre estes, o fórum internacional denominado *World Summit on the Information Society (WSIS)*, que em português foi denominado Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI). O evento ainda ocorre periodicamente e é conhecido em todo o mundo.

O Seminário WSIS+10 foi dividido em duas partes. Primeiramente, foi realizado um painel com relatos do processo que culminou na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e os seus principais resultados. A segunda parte tratou de analisar uma agenda de avaliação sobre WSIS+10 e temas correlatos à Governança da Internet como o significado do multissetorialismo; o papel dos governos na governança da Internet; e, o modelo de governança como o processo de cooperação aprimorada.

Para apresentar o histórico do WSIS e seus principais resultados foram convidados os seguintes painelistas:

- Eduardo Tadao Takahashi, Fundador da Internet no Brasil;
- Rômulo Neves, Ministério das Relações Exteriores;
- Paulo Lima, da organização Saúde e Alegria;
- Gustavo Gindrê, Coletivo Intervezes;



- Magaly Pazello, Emerge - Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Portanto, o seminário WSIS+10 foi dividido em minipalestras que tiveram a participação do auditório com perguntas e comentários; e uma segunda parte com uma perspectiva sobre o futuro da Internet no Brasil e também sobre a participação do país no movimento internacional de governança da rede.

- 1) Exposição dos Painelistas;
- 2) Exposição dos Participantes;
- 3) Anexos.



Resumo da Exposição dos Painelistas

O seminário *World Summit on the Information Society - WSIS+10* - contou com a presença de Eduardo Tadao Takahashi, Fundador da Internet no Brasil, Rômulo Neves, representante do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Lima, representante da Organização Saúde e Alegria, Gustavo Gindr , do Coletivo Intervozes, Magaly Pazello, pesquisadora do Emerge - Centro de Pesquisa e Produ o em Comunica o e Emergência da Universidade Federal Fluminense (UFF). Todos eles participaram diretamente da WSIS em 2003 e no início da trilha Tadao introduziu como a Internet no Brasil se desenvolveu, desde a década de 80 até os dias atuais, passando por seu uso na academia e comercializa o para a sociedade civil em 1995. Rômulo Neves deu a posi o do governo em rela o ao WSIS e quais foram os impactos da participa o brasileira do ponto de vista interno e externo. Paulo Lima comentou sobre os esforços da sociedade civil para participar das c pulas internacionais, tais como a ECO92, considerada como processo fundamental para a Internet sair da ilegalidade no país. Gustavo Gindr  apontou os impactos positivos da WSIS, tal como o International Governance Forum (IGF). Finalizando, Magaly Pazello complementou a fala dos outros painelistas e criticou o sistema consultivo do IGF e as problemáticas recentes da espionagem da Internet pelos Estados Unidos.



2. EXPOSIÇÕES DOS PAINELISTAS

2.1. Apresentação de Eduardo Tadao Takahashi

Eduardo Tadao Takahashi, um dos fundadores da Internet no Brasil, apresentou os antecedentes da Conferência, cuja sigla em inglês é WSIS – *World Summit on the Information Society*¹, que se dividem em duas partes: uma em 2003, outra em 2005. Ao apresentar os dados a respeito da evolução da Internet, o painelista afirmou que a Internet é um fenômeno extraordinário, pois em pouco mais de 20 anos atingiu mais de um terço da população mundial, chegando a 2,7 bilhões de usuários. No Brasil, com uma população de 200 milhões de pessoas, o número de usuários chegou a 82 milhões de pessoas. Com isso, concluiu que o Brasil, devido ao fato de ser um país dividido em dois blocos de indicadores devido às desigualdades entre as regiões, é um país mediano em termos de difusão, mesmo que os números o aproximem aos países mais desenvolvidos.

Em seguida, resumiu os acontecimentos entre a década de 90 e o ano de 2003, que terminou na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS). Começou ilustrando a realização da ECO92² (ou RIO92) e o início de alguns fenômenos interessantes para o Brasil, pois pela primeira vez a Organização das Nações Unidas (ONU) utilizava um modelo de difusão de informação dentro da própria conferência. Antes da ECO92, as conferências eram organizadas via fax, cartas e telefone. Esse mecanismo de difusão de informação dentro das conferências foi trazida por uma Organização Não Governamental (ONG) mundial, a

¹ <http://www.itu.int/wsis/index.html>

² <http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>



Organização Mundial do Comércio³, que no Brasil era gerenciada pelo IBASE⁴ e o Alternex⁵ junto com o atual conselheiro do CGI.br, Carlos Afonso. A partir dessa Conferência, todos os eventos desse tipo das Nações Unidas mudaram de formato e passaram a utilizar um mecanismo de difusão de consultas utilizando a Internet, modelo que é aplicado até os dias atuais. A ECO92 foi importante, porque gerou duas grandes realizações: a Convenção sobre Biodiversidade e a Convenção do Clima, que teve um salto a partir de 1992.

Em sequência, destacou a Conferência da Mulher, que aconteceu na China em 1993. Essa Conferência que começou a adotar o modelo de grande participação do setor privado, obtendo lucro no uso da Internet. A terceira conferência, chamada de HABITAT-II⁶, foi conduzida pelo arquiteto brasileiro Jorge Gelman e aconteceu em Istambul. A quarta conferência foi o famoso Protocolo de Kyoto⁷, que derivou da Convenção do Clima e foi um fiasco, mas em termos de intenções foi absolutamente fantástico como afirmou o painalista. Seguindo para a Cúpula Mundial, em 98 aconteceu uma Conferência em Minneapolis, Estados Unidos, que culminou na criação da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, que é uma conferência orientada pela União Internacional de Telecomunicações (UIT)⁸.

Nos anos 2000 surgiram as Metas do Milênio⁹, dentre as quais, a meta número oito trata de tecnologia e desenvolvimento, sendo que uma dessas tecnologias é a Internet. Em 2001 aconteceu a Reunião do G7, em Gênova – grupo de países mais

³ <http://www.wto.org/>

⁴ <http://www.ibase.br/>

⁵ <http://www.ibase.br/pt/2011/07/alternex/>

⁶ <http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=9>

⁷ http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php

⁸ <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/uit/>

⁹ <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>



desenvolvidos do planeta mais a Rússia– que também foi a ocasião em que surgiram os *Black Blocs*, um fenômeno que explodiu na Europa e nos Estados Unidos em 2001 e chegou como novidade no Brasil nos protestos em 2013. E por último, em 2002, ocorreu a Conferência RIO+10¹⁰, que aconteceu em Johannesburgo, África do Sul, e foi considerada um fracasso e de pouca relevância, se comparada a RIO+20¹¹, ocorrido em 2012 no Rio de Janeiro.

O que se pode observar dessas conferências entre 1992 e 2003 é que as Nações Unidas incorporaram um novo mecanismo de consultas a ONGs e ao setor de base e novos recursos de conduções de reuniões que acabaram se disseminando e apresentando para os governos a importância da Internet. Retornando ao passado, foi comentado o histórico da Internet desde 1964, quando foi criado o programa secreto ECHELON pelos países de língua inglesa e vencedores da 2ª Guerra Mundial, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, procurando por mensagens que ameaçassem o governo norte-americano, especialmente durante a Guerra Fria e com foco na Rússia. Em 1962 foi criado também o ARPANET (Acrônimo do inglês *Advanced Research Projects Agency Network*), projeto fundamental de pesquisa do Ministério de Defesa dos Estados Unidos e também na história da computação mundial, visto que originou o que hoje é conhecido como Internet, pois trabalhava em rede o envio comutado de pacotes de informações. Com o êxito da ARPANET, os Estados Unidos passam a propor mudanças no uso da Internet. Para essa nova estrutura funcionar, foi necessário incorporar a comunicação na sociedade, dentro do governo e entre pesquisadores. Então de 1970 a 1987, essa iniciativa militar teve um sucesso tão grande que também passou a ser utilizada pelo mundo civil através da academia e do próprio governo americano, que percebeu que esse projeto também serviria para

¹⁰ <http://www.johannesburgsummit.org/>

¹¹ <http://www.onu.org.br/rio20/>



outros países. Essa ampliação dividiu a ARPANET em duas áreas: A ARPANET como rede militar, e a soma de grandes redes, conhecida como Internet, como uma rede civil.

Após a ECO92, em 1993, os Estados Unidos lançaram uma iniciativa chamada *National Information Infrastructure* que tinha o propósito de distribuir a Internet ao longo de grandes eixos, como atividades do governo, de educação e governo digital, em todo o país. No Canadá, Austrália e União Europeia, esse projeto foi chamado de Sociedade da Informação. Porém, em 1994, uma lei chamada CALEA foi aprovada. Conhecida como CALEA I, é um conjunto de leis que permitiram fazer o *enforcement* de atividades contra a espionagem ou de inteligência de agências americanas, contemplando apenas a vigilância da telefonia. Essa lei garante a captura de metadados, porém sem o direito de uso de conteúdo, fazendo essa captura de dados entre qualquer chamada dentro ou fora dos Estados Unidos. Com isso, o painalista destacou que pode se observar que o receio dos Estados Unidos com o terrorismo aconteceu muito antes da queda das Torres Gêmeas em 2001.

Então, em 2005, foi aprovado o pacote CALEA II, que defendia o direito da Agência Nacional de Segurança Americana capturar metadados em e-mails e comunicação em redes. A fundação criada por Mitch Kapor, *Electronic Frontier Foundation*, foi a única instituição que entrou com uma ação contra o governo americano e contra o CALEA II.

Com relação à governança de Internet, o primeiro grande sinal de um modelo foi a criação da *Internet Society* em 1992. O segundo passo foi a criação de uma fundação chamada *Open Society* em 1993, uma entidade privada sem fins lucrativos montada por George Soros e que buscava abrir a participação do Leste Europeu no mundo, pós-queda da União Soviética, se aproveitando dos grandes instrumentos de difusão de Internet.

No Brasil, em 1995 foi criado o Comitê Gestor da Internet que procurava conceber alguma iniciativa multissetorial para distinguir os diferentes tipos de uso da Internet. Enquanto que em 1996 aconteceu uma iniciativa similar a nível mundial, chamada de



ICANN¹², que foi criada oficialmente em 1998, que tenta evidenciar a associação entre nomes e endereços de forma dinâmica. A criação dessa entidade gerou uma grande polêmica, pois é a única coisa efetivamente centralizada na Internet, enquanto todo o restante da rede é altamente coletivizado e muito pouco estruturado.

Para finalizar sua fala, Eduardo Tadao Takahashi comentou sobre a tensão as vésperas de uma nova Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, que foi idealizada no fechamento da Conferência de Telecomunicações de Minneapolis. Ficou decidido que a Cúpula Mundial seria realizada em duas etapas: a primeira, em Genebra, para os países mais desenvolvidos nessa área de comunicação e a segunda, em Túnis, para os países menos desenvolvidos. Porém, o grande problema desse fracionamento é que não ficou claro como dividir a pauta de uma coisa tão singular que é a Internet, desestruturando todo o setor que buscava participar dessa Conferência, como ONGs, empresas e governos e ameaçando a prevalência da UIT no sistema.

2.2. Apresentação de Rômulo Neves

Após **Eduardo Tadao Takahashi** contar o histórico do WSIS, o seminário prosseguiu com o Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil, **Rômulo Neves**, que também falou sobre a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação.

¹² <http://www.icann.org.br/>



O painalista iniciou chamando a atenção para os resultados mais importantes Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, abordando primeiramente a divisão dos temas da Sociedade da Informação em onze. O painalista defendeu que essa divisão foi interessante, pois demonstrou a compreensão de que a Internet é algo complexo e que vários elementos não poderiam ser encapsulados em uma única agência ou órgão. A percepção disto em 2005 levou a pluralidade da Internet hoje, onde esta oferece um controle de toda a infraestrutura geral governamental.

Como a Internet é composta por diversas camadas, Rômulo achou importante explicar porque ela foi dividida em quatro camadas: a primeira camada é a física, que compreende as antenas e cabos e toda a parte estrutural necessária para funcionar a Internet; a segunda camada é a camada lógica, que são alternativas de interface entre usuário e sistema, protocolos de uso etc.; a terceira camada abrange o conteúdo, pois a complexidade da Internet faz com que a comunicação não seja imediata, precisando que seu conteúdo tenha um valor, localização e elementos próprios que o identifiquem para o público; e a quarta e última camada é totalmente dependente da terceira camada, e envolve o usuário e seus hábitos, conceitos e utilização da Internet. Então essa especificação serviu para escolher quais agências liderariam esses questionamentos em relação aos onze temas que divide a Sociedade da Informação de informação nesta conferência.

O segundo resultado tratado por Rômulo foi a criação do *Internet Governance Forum* (IGF), mecanismo absolutamente aberto para troca de informações e experiências que tem a participação equalizada de membros de qualquer setor. Porém, este sistema provoca um resultado diferente, primeiro por permitir uma participação livre e segundo por que não se enquadra como ONG, então não tem um orçamento específico, é um mecanismo livre. Portanto, é um resultado da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação que é útil, porém com alguns *gaps*.



Entre esses *gaps* foram questionados no terceiro resultado um conceito denominado de cooperação aprimorada, que seria o mecanismo pelo qual os governos participariam da governança da Internet.

Rômulo Neves voltou ao primeiro resultado, que definiu as agências responsáveis por cada área. Levantou o problema de que a Internet foi criada pelos militares e, aos poucos, passou para a sociedade civil americana, que estabeleceu contatos com o mundo e fez crescer sua rede. Porém as empresas e as universidades tomaram conta das camadas lógica e de conteúdo da Internet e os governos ficaram defasados nessa área, pois as empresas trabalham nisso há mais tempo. Portanto, como as empresas foram responsáveis pela inovação, as agências da ONU da segunda e terceira camada, acabaram se perdendo, pois não tem como competir com o setor privado. Relacionando o primeiro resultado, com a cooperação aprimorada, Rômulo concluiu que a Internet é algo crucial para os governos, porém ainda não foi totalmente descoberta por eles.

Rômulo Neves voltou a falar do CGI.br, mencionado primeiramente por Tadao Takahashi, criado em 1995 e que teve uma participação menos complexa do governo. Porém, com 82 milhões de usuários, nenhum governo pode negligenciar a Internet, então, a partir de 2006, começaram a pensar na cooperação aprimorada. No entanto até 2013 esse conceito ainda não foi desenvolvido, visto que é muito difícil compreender como e aonde vão atuar os governos dentre as quatro camadas definidas anteriormente. Porém, enquanto todos os governos ainda estão iniciando a discussão sobre o tema, os Estados Unidos, por serem pioneiros no desenvolvimento da Internet, já estão protagonizando isso. O painelista questionou como priorizar os diferentes interesses da sociedade, quais são os interesses nacionais do Brasil e como pensar em Internet como instrumento de desenvolvimento. Para Rômulo Neves, o Brasil precisa de mais pessoas como os amigos dinossauros presentes na mesa do seminário e até hoje o Brasil serviu de inspiração para os debates, para desenvolver em seguida a Internet com um modelo ideal.



Por fim, destacou a importância de conhecer a história de como tudo aconteceu na construção da Internet, pois se as pessoas não têm certeza nenhuma, como é que irão atuar nestas Cúpulas internacionais. A intenção do Brasil é fazer novamente uma grande reunião com chefes de estados e compreender novamente o que é a Internet, pois nem isso está definido ainda, visto que a ONU é como qualquer governo, e há um jogo de braço, um jogo de empurra-empurra, sem que se resolva a situação. Para o representante do Ministério das Relações Exteriores, é como o Brasil está vendo a Internet, sem pai nem mãe, talvez uma madrasta que é os Estados Unidos. A posição brasileira em relação à revisão da Cúpula envolve custos, envolve planejamento, envolve preparação, envolve a busca pela liderança do Sistema das Nações Unidas. Internamente percebe-se que é algo muito interessante, mas ainda existem mais consensos internos do que externos, e em relação aos projetos ainda há um questionário sendo escrito, para ser enviado à ONU, com perguntas genéricas para serem homologadas por todos.

2.3. Apresentação de Paulo Lima

Paulo Lima, da Saúde e Alegria, iniciou sua fala apontando que iria complementar o que Eduardo Tadao Takahashi falou sobre os cidadãos, especialmente após a reunião da ECO-92 no Rio de Janeiro, a qual foi importante para algumas pessoas presentes, oriundas da Região Norte e da Amazônia, pois nesse encontro algumas medidas foram asseguradas pela Carta da Terra, que foi uma ação política construída pela sociedade civil e os governos em 1992. O painelistas participou do processo da ECO-92 e



contribuiu para a Internet através de convite feito por Carlos Afonso, conselheiro do CGI.br. Comentou ainda que o Comitê da Sociedade da Informação fez uma grande pesquisa com diagnóstico sobre até onde o Brasil havia avançado e tem uma interessante metodologia na publicação “O Livro Verde da Sociedade da Informação” e que em sua opinião é uma oportunidade perdida a partir deste recurso de boa qualidade que chegou a ser publicado e não teve nenhuma utilidade, mesmo que o país tenha tido avanços nos últimos 10 anos como é o caso dos telecentros.

Uma grande expectativa foi criada nas organizações da Sociedade Civil, pois em 1992 elas conseguiram colocar a carta, um plano de ação em relação ao CFC (clorofluorcarboneto), onde inicialmente era motivo de risos e atualmente se vê impacto que isso produz no planeta Terra. Paulo Lima contou também que foi bastante importante para a conferência do Rio de Janeiro e a sensação que a população, a passos mais largos, apropriava-se das novas tecnologias na época. Na época estas eram chamadas apenas de novas tecnologias, e a partir disso foi criada uma justificativa grande para as organizações que tinham uma atuação nacional e internacional. Exemplificando, Paulo apresentou que para se comunicar no final da década de 90, as pessoas utilizavam o Alternex, uma rede nacional ligada a uma rede internacional onde as pessoas enviavam suas mensagens.

Após a comercialização da Internet no Brasil, a sociedade civil organizada iniciou um processo de discussão de como poderia participar e se apropriar desses espaços de discussão. Ou seja, como as pessoas que iam para Genebra, Tunísia ou França atuariam nestas conferências. E no caso brasileiro as prioridades foram a Inclusão Digital e as iniciativas de Software Livre¹³. E durante quatro vezes ao ano, o Grupo Interministerial da Sociedade da Informação se reunia para deixar mais ou menos definidos quais os encaminhamentos a serem tomados pelo Brasil nestas reuniões de Cúpula.

¹³ <http://www.softwarelivre.gov.br/>



O painalista confessou aos presentes que houve um embate com os interesses do setor privado brasileiro, uma vez que muitas vezes este grupo compreendia as ações, especialmente do Software Livre, como contra a licença privada e interesses do Software Proprietário. Mas são naturais esses embates, foram saudáveis e ele acreditou que de certa maneira os interesses públicos foram representados pelo Brasil. Além disso, não há nenhum país, como o Brasil, em que exista uma concentração da propriedade dos meios de comunicação. No Brasil esses meios estão concentrados entre oito e doze famílias detentoras da radiodifusão e de jornais e isso faz com que os brasileiros tenham dificuldades em construir uma Sociedade da Informação plural, multicultural, inclusiva, e que possibilite a construção de várias visões.

Segundo Paulo Lima, o Brasil já está em um mundo bastante interessante na segunda fase da Cúpula Mundial da Sociedade Informação, preparando-se para os trabalhos de 2015. A sociedade civil à frente da Rede de Informações do Terceiro Setor na época publicou um estudo que está disponível no site da NUPEF- Núcleo de Estudos, Pesquisa e Formação¹⁴ e traz uma análise da primeira fase da Cúpula da Sociedade da Informação e a carta de princípios, traduzida em português.

Ressaltou que a Sociedade da Informação não está satisfeita com a atuação brasileira nessa Cúpula, especialmente as pessoas das áreas isoladas, das populações indígenas, das populações quilombolas etc. Todas estas que estão citadas nessa declaração de princípios e de planos de ação e que não tiveram melhorias necessárias. Assim como as políticas públicas de telecentros, projetos típicos do mundo digital, que realmente não se consolidaram e agora é perceptível que a realidade se tornou muito mais difícil. Então, o desafio que deve ser enfrentado para 2015, é não só uma revisão técnica, mas também uma revisão política, percebendo o investimento do Ministério das Comunicações que vem privatizando a responsabilidade do Estado nas políticas de

¹⁴ <http://www.nupez.org.br/>



comunicação, nas políticas de inclusão digital, nas políticas de banda larga e de inclusão social através de políticas de informação e comunicação. É preciso tomar uma decisão entre as entidades da sociedade civil pra ter um documento forte pra que a sociedade civil chegue preparada para esse encontro.

Além disso, Paulo Lima comentou sobre o *International Governance Forum* (IGF)¹⁵, ao qual possui a sensação de que gasta-se dinheiro, tempo, dedicação e é sempre um grupo pequeno de pessoas, as quais algumas vão muito bem preparadas.

Ao final da sua apresentação, reafirmou que a Internet é um bem público, ou seja, é um direito do cidadão e para garanti-lo é preciso investimento, reforço das políticas públicas de inclusão digital através de telecentros e uma efetiva análise de como o setor privado pode competir nesse mercado. Na Amazônia, os empresários sabem o quanto é mais caro, e, portanto, bem mais difícil conseguir a Internet nessa região. É possível resolver a situação da área, do estado do Amazonas, do estado do Pará, a região do oeste do Pará e de boa parte do nordeste brasileiro através da Sociedade da Informação. Para isso, é preciso que o acordo na próxima Cúpula saia bem preparado, diferentemente da Carta dos Princípios.

2.4. Apresentação de Gustavo Gindré

Gustavo Gindré, do Coletivo Intervezes, iniciou sua fala apontando que é bastante crítico ao resultado da Cúpula, inclusive começando com alguns problemas como a sua própria realização quando definiu a Sociedade da Informação restringindo apenas à organização da Internet, quando em países em desenvolvimento há uma série de questões ainda não resolvidas acerca da temática como pautas que dizem respeito às mídias, a televisão e o rádio. A ideia seria organizar uma guerra com 95% da

¹⁵ <http://www.intgovforum.org/cms/>



estrutura dessas mídias concentradas, discutindo a agenda do século XXI para países em desenvolvimento como o Brasil que é basicamente virar a página do século XX do que não se conseguiu avançar. E isso acabou não aparecendo na Cúpula, onde ocorreram uma série de discussões que foram precedidas de questões que muitas vezes eram nacionais, algumas vezes regionais, outras vezes transregionais, que caminharam pra um resultado bem aquém daquilo que poderia ter sido.

Apesar das frustrações, existiu um lado positivo. Houve uma coalizão da sociedade civil em que várias pessoas que trabalhavam no Brasil não se conheciam, não sabiam de onde eram, e houve uma troca de experiências, absolutamente diferente da Europa, América Latina, Ásia e África. Ainda há um desafio de aproximação dos países, mesmo aqueles que tenham proximidade geográfica. Então, para o painalista seria possível retomar um patamar muito mais avançado e mais amplo do que foi naquele momento. Deste modo, Gustavo Gindrê considerou ser positiva a participação complementar da sociedade civil e que deve ser retomado no Brasil, visando 2015. Além disso, outro destaque positivo foi o IGF. Talvez o único resultado concreto e oficial da Cúpula, onde o Brasil, através do Zé Roberto, representante do Itamaraty, que reagiu com indignação a proposição da Austrália. O painalista ainda comentou que apesar de passados dois anos, o IGF acabou não conseguindo se materializar nesse espaço. Avançando sobre estes problemas, o IGF tinha de ter um consenso para que se pudesse desenvolver algo concreto. Então o tema da pedofilia foi escolhido, pois se acreditava que aquele momento o combate a pedofilia era uma questão consensual, e iria unir todos os atores lá estavam. Contudo, os países não aceitaram, pois sabiam que aquele momento era de quebra de barreiras, e a partir daí surgiria algo maior e mais concreto. E é difícil organizar países com características tão diferentes para conversarem sobre Internet.

Ressaltou também sua preocupação com as declarações do Ministro das Comunicações dizendo que a Internet é incontrolável, reduzindo a governança da Internet a ICANN, órgão norte-americano ligado ao governo americano. Segundo Gindrê, isso significa



que os Estados Unidos definitivamente são considerados pelos brasileiros como os reguladores da Internet. É preciso avançar neste ponto e retomar o diálogo. E não adianta colocar um policial para vigiar todas as pessoas, isso não irá funcionar, mas alguns mecanismos como os algoritmos de busca de público definem quem irá aparecer por primeiro e quem irá parecer na vigésima quinta página. Há alguns mecanismos de controle que inclusive são utilizados para espionagem. Isso não é trivial e envolve desafios que vão muito além daquela instância de tomada de decisão que as pessoas estão acostumadas a ouvir. Ao final de sua apresentação, Gustavo Gindré questionou como é que os brasileiros encararão este desafio em forma democrática. Precisa-se discutir justamente a construção dos espaços que a Internet possibilitou e que a Internet reprovou para estar dentro da pauta da Cúpula.

2.5. Apresentação de Magaly Pazello

Magaly Pazello, do Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência da Universidade Federal Fluminense (UFF), apontou que iria complementar as falas das pessoas da mesa, pois participou tanto da Comissão de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, onde são feitos os debates de acompanhamento da implementação da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, quanto do acompanhamento do círculo social das Nações Unidas durante as conferências na década de 90 sobre desenvolvimento humano. Primeiramente, Magaly Pazello destacou que a ideia da WSIS foi uma experiência inovadora do ponto de vista da participação da sociedade civil no processo e na negociação dos seus textos. Isso foi importante por um lado, mas por outro lado também gerou essa crítica que é um pouco da insatisfação que poderia ter avançado muito mais e ocorreram menos



avanços do que o esperado naquele momento e o contexto atual seria muito mais desfavorável. É um momento também bastante temeroso e difícil do ponto de vista dos direitos humanos. Esse é o principal ponto de preocupação que as pessoas deveriam ter quando se fala no processo de revisão da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, principalmente a revisão desses 10 anos. Também apontou que como todo e qualquer processo de conferência, o modelo de conferência das denúncias realizadas exige revisão dos seus resultados. Estes resultados são geralmente o plano de ação ou programa de ação. No caso das cúpulas são metas específicas que devem ser apontadas em determinado tempo. Como essa foi uma cúpula muito *sui generis*, pois foi feita em duas etapas, além de ter tido um de seus resultados principais um fórum que se encontra anualmente. A painelistas também conheceu outros fóruns onde se reúnem anualmente pra fazer uma revisão ou para dialogar, enfim, cada um tem seu método, sobre a implementação, os avanços e retrocessos a partir de cada linha de ação. A própria WSIS tem um fórum no início de maio, em Genebra que se reúne anualmente, da mesma forma que o Fórum da Governança na Internet se reúne entre outubro e novembro anualmente.

Apresentou as diferenças e as semelhanças entre o WSIS e o IGF: ambos não são deliberativos, não são postulantes e são mais próximos da forma de diálogo. A professora sugeriu uma revisão profunda de todos os documentos que saíram dessa conferência. Isso é o que geralmente acontece com todas as conferências do círculo social das Nações Unidas. Ou seja, a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Direitos Humanos em 1993, a População e Desenvolvimento que foi feita em 1994 e a Cúpula do Milênio também tiveram revisões.



Magaly Pazello declarou estar preocupada pelo nível global de deterioração e fragilização dos Direitos Humanos, inclusive com tentativas bastante audaciosas de emperrar a Carta dos Direitos Humanos¹⁶ ou colocar embaixo do tapete, por vários países. E isso é crescente desde os anos 2000, afirmando estar pessimista em relação ao ano de 2015. Também apontou que será encontrado um ambiente muito pior do que o da Conferencia Rio+20, por exemplo, Cairo+20, ou pelas conferências anteriores de revisão. Segundo a panelista, se a Conferência Mundial das Mulheres e Desenvolvimento for pega como exemplo, o texto que saiu de revisão já foi um texto pior que o texto original e na sequência o texto só foi piorando. Houve grandes retrocessos no que diz respeito aos direitos humanos das mulheres. Hoje o texto que é o texto que é válido é pior que o texto de 1975. A mesma coisa pra Rio +20. O que foi visto no Rio de Janeiro foi uma batalha de atores, principalmente de atores que querem um retrocesso através da limitação dos direitos humanos, direitos civis, das liberdades individuais.

Afirmou que pode ser uma perda de tempo convocar uma nova cúpula pensando em termos de um processo de Nações Unidas, pois significa trazer todos os governos pra sentar na mesa e renegociar documentos, renegociar pactos, renegociar tetos, renegociar acordos e renegociar compromissos de coisas que eles terão que adotar, mas não querem fazer. Se os países já não fizeram, como bem lembrou Paulo Lima, o que foi acordado em 2003 e 2005 e que era como o Gindrê falou, um documento aquém daquilo que poderia ser, é possível imaginar o que vai ser em 2015 pós Snowden¹⁷. Também se considerou temerosa pelo caminho do Brasil direto ao abismo, o que não é muito diferente do caminho que o Brasil tem apresentado num contexto doméstico, do que o Brasil tem feito no nível nacional, ao impedir, por exemplo, o avanço do Marco Civil ou ao propor que a Anatel

¹⁶ http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

¹⁷ http://pt.wikipedia.org/wiki/Edward_Snowden



seja a principal agência de governança da Internet no Brasil, suplantando o CGI , não é muito diferente das declarações, consideradas bobagens pela professora do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Magaly Pazello também comentou sobre as manifestações dos participantes em relação ao IGF e a necessidade de um documento final ao terminar o Fórum de discussão. O ponto de partida é o marco da Carta dos Direitos Humanos e todos os outros documentos da área de direitos humanos, que são vários e que foram assinados pelos países. A painelistista comentou desejar um mecanismo global de governança da Internet, questionando como seria esse mecanismo, argumentando que alguns mecanismos são mais multilaterais com participação da sociedade civil e que seria um caminho bom. Apontou que o modelo que dá mais poder aos países e estados membros como está não será inovador. Por fim, Magaly Pazello lembrou que o Brasil nas duas últimas reuniões da Comissão de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento não apresentou uma proposta tão radical de uma nova cúpula para revisão da WSIS+10. Para a professora, este não é um comportamento novo do país. Além disso, no Brasil, as autoridades mais altas do governo brasileiro têm falando algumas bobagens sobre a governança da Internet e propondo uma governança absolutamente contrária de tudo aquilo que o Brasil defendeu, e de tudo aquilo que o Brasil tem feito, inclusive, do ponto de vista da existência do CGI.br, sendo algo que a preocupa bastante.

3. EXPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os participantes do Seminário WSIS+10 tiveram três minutos para apresentar suas manifestações:



- **Alexandre Barbosa, gerente do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC):** expôs sua opinião de que o Brasil tem um papel preponderante neste debate e falou da importância da discussão multilateral na construção da sociedade da informação. Também lembrou que uma ferramenta importante, porém pouco discutida, é a medição, principalmente como medir o alcance das metas. Ressaltou que o Brasil tem sido um ator muito importante no envolvimento no processo de medição dessas metas e que o país tem muito o que contribuir neste modelo. Citou exemplos na área de educação e saúde, aonde o Comitê Gestor da Internet já realiza essas medições, porém apresentou a grande dificuldade que é o custo, já que ir a campo, medir e fazer pesquisa é caro. Voltou a destacar o modelo brasileiro que é auto-sustentável e não tem dinheiro público, mesmo que os dados sejam levantados para o governo e a academia. Concluiu dizendo que além de discutir essas metas, é importante discutir o modelo de medição para fazer estudos aprofundados dos impactos sociais e econômicos das TICs.
- **Juliano Cappi, Assessor Técnico da Secretária Executiva do CGI.br:** iniciou sua participação fazendo duas perguntas. A primeira foi o porquê da cooperação aprimorada não ter conseguido lograr aquilo que ela se propôs, ou seja, a construção de um fórum para discussão de forma multissetorial sobre questões relacionadas a governança da Internet em algum nível deliberativo. A segunda pergunta foi se os painelistas achavam que o modelo do CGI.br estava em risco, dada a conjuntura e situação que está se apresentando no Brasil.
- **Carlos Afonso, conselheiro do CGI.br:** respondeu aos questionamentos de **Juliano Cappi, do CGI.br**, dizendo que é complicado fazer essa simplificação apresentando a posição do Brasil nos fóruns de governança, porque o Brasil tem se



apresentado de maneiras diferentes e com posições por vezes opostas, simultaneamente, nesses fóruns. Quando é o CGI.br que apresenta as posições, estas são as mesmas discutidas no Fórum da Internet no Brasil, que são a governança multiparticipativa, o pluralismo etc. Quando o governo é representado pela ANATEL e pelo Ministério das Comunicações, a posição é radicalmente oposta. E isso tem acontecido ao longo dos anos e se agravado nos últimos meses, pois desde que o governo passou a pleitear o fim da Norma 4, já existem propostas por partes dos setores do governo de transferir a coordenação de nomes e números do “.br” para a ANATEL. Estas propostas foram feitas pelas transnacionais da telecomunicação para a ANATEL e para o Ministério das Comunicações e endossadas por eles. Portanto, tudo o que foi construído de maneira colaborativa desde o fim da década de 80, que culminou com a criação do CGI.br e com a transformação deste em uma entidade multiparticipativa com todas as suas intervenções pode ser jogado no lixo agora que o Brasil passou a defender posições iguais as da China e da Rússia. Destacou a falta de consenso neste processo e que está distanciando cada vez mais o governo e as visões da sociedade civil. Também disse que a cooperação aprimorada nasceu como uma ideia de que os governos cooperariam entre eles para “resolver os problemas da Internet”, os problemas da governança, os problemas no controle, os problemas do balanço entre segurança e privacidade etc. Porém isso nunca avançou porque as fronteiras nacionais continuam existindo. Fronteiras essas que são as legislações diferentes, as vozes de governança que são diferentes e nunca chegaram a um consenso. Então, os setores da sociedade civil hoje estão convergindo internacionalmente para propor algum tipo de estrutura de governança internacional, pluriparticipativa ou multiparticipativa em que o governo tenha uma participação similar a qualquer outro setor. E é esse o debate que está acontecendo em torno de um questionário que o grupo de trabalho sobre cooperação aprimorada solicitou às diferentes organizações da sociedade, do governo e dos empresários que fosse preenchido até o dia 5 de setembro. E esse é o



grande desafio, fazer com que a cooperação aprimorada seja um grande trabalho em conjunto das sociedades e dos governos para construir essa nova forma de governança. Porém, infelizmente, o Brasil está caminhando no sentido oposto de tudo o que já foi construído em termos de governança pluriparticipativa. Inclusive o Comitê Gestor da Internet está ameaçado de ser encerrado nos próximos meses conforme a proposta. A ANATEL está contra o Marco Civil para provar regulações sobre a SCM que invadem as camadas da internet e assim, esta entidade passaria a regular a Internet por si só, atropelando um possível Marco Civil que venha a impor a ela o respeito a essa separação entre Internet e telecomunicações. Carlos Afonso relatou que é difícil ir a fóruns internacionais defender as posições do CGI.br e enfrentar essas outras posições do governo. Também ressaltou a declaração que o conselheiro da ANATEL, João Resende deu, que disse que tem de acabar com o sistema de nomes de governança internacional e de números existentes, porque, com o sistema atual, Cuba e China não poderiam construir a sua Internet, porque a ICANN está sediada nos Estados Unidos. Porém a China tem o maior número absoluto de usuários de Internet do mundo, tem o CNIC, que é o NIC deles criado para administrar nomes e números na China. Por fim, desabafou ao dizer que o Brasil será o primeiro país do planeta que tomará uma decisão totalmente contrária ao passar a Internet para o controle de uma agência reguladora de telecomunicações, e que é uma situação muito grave, que pode acarretar, inclusive, o fim do CGI.br.

- **Gustavo Gindré, Coletivo Intervozes:** complementou a resposta dada por Carlos Afonso, dizendo que existia uma falsa dicotomia no debate que alguns setores colocava como se houvesse uma opção mais estável ou essa oposição entre Estado e Iniciativa Privada *versus* sociedade, quando na verdade o que significa mais estável nesse debate, em última instância, significa um controle maior de alguns grupos privados, como a ITU. Trazer para a ITU não significa apenas



status, significa a brutal interferência de alguns setores privados. Então, não é só uma preocupação com o modelo da China, o modelo do Irã, é, também, o modelo onde, com a desculpa do Estado, é deixado na mão de determinados interesses privados. O modelo brasileiro seria transformador, pois, ao invés de criar, atirar para uma ANATEL da vida, que seria, supostamente, um ente técnico regulador, o modelo traz o conflito para dentro, incorporando o conflito, o que acredita ser o grande mérito do CGI.br. Assim, nenhum setor é ignorado e a resultante desse embate será também o resultado entre os embates das divisões ideológicas, de classes e outras divisões da sociedade que não podem estar de fora desse processo. Porém, Gustavo Gindrê teme que ao invés de encaixar mais o Estado dentro desse modelo, isso seja entregue aos interesses privados que vão poder atuar mais livremente, conduzindo a política desse Estado e passando o modelo do CGI.br. Para finalizar, Gustavo Gindrê ressaltou a fala do Alexandre Barbosa, do CETIC.br, ao concordar que o CGI.br deve ser defendido, não só por tudo que já foi dito, mas também pela excelência que desenvolve na construção dos dados. É perceptível que a sociedade e, principalmente, o Estado não se apoderaram desses dados como deveria. Concluiu sua manifestação dizendo que as pesquisas do CGI.br possuem uma enorme contribuição para a construção de políticas públicas. Vê-se que as políticas públicas muitas vezes não levam em consideração o levantamento de dados fornecido pelo CGI.br. Então, a grande luta deveria ser para construir uma base sólida, estável e não dependente dos rumores do governante de plantão, e que isso fosse apropriado na construção das políticas públicas. Lutar para se apoderar desses dados e utilizá-los é um trabalho importantíssimo a ser construído pelo NIC.br e pelo CGI.br.

- **Magaly Pazello, Emerge - Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência da Universidade Federal Fluminense (UFF):** defendeu a ideia de que a cooperação aprimorada não é um problema e prossegue com a ideia de que



a cooperação funciona como um instrumento, um modo operante. Citou a Comissão de Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos da ONU para ilustrar o exemplo de que durante muito tempo eles seguiram trabalhando neste modelo de cooperação para destacar que ambos funcionam perfeitamente. Frisou que não existe tentativa de sabotagem no modelo de cooperação. Assim, defendeu que o grande problema não é o modelo de cooperação ou o modo de se fazer essa cooperação, apontando que o problema é a inovação que a Cúpula traz para a Governança Global.

- **Eduardo Tadao Takahashi, Fundador da Internet no Brasil:** iniciou sua fala para tratar de algumas observações sobre a criação do CGI.br, recordando-se de que a criação do Conselho Gestor em 95 surgiu após uma conversa do então Ministro de Ciência e Tecnologia (MCT) com o Ministro das Comunicações (Minicom). Citou que o então Ministro de Comunicações à época, Sérgio Mota, era a mente pensante do governo FHC naquele mandato. A razão pela qual o MCT ficou na coordenação do Comitê Gestor foi sua maior clareza em relação ao Minicom. Lembrou que Sérgio Mota queria que o CGI.br ficasse com o Minicom e o então ministro foi contra. Comentou da confusão na ICANN para saber quem era o representante brasileiro. Na prática acabou ocorrendo que o convite da ICANN para o Brasil participar de veio pro MC&T uma cópia e veio outra para ANATEL, isso foi cuidadosamente planejado tal como que a gente criasse a tensão de se discutir o que fazer aqui no Brasil e não houvesse a baixaria de se ter dois representantes do Brasil que comesçassem a brigar no fórum da ICANN e mostrasse que o Brasil não se falava. Por Segundo, Tadao comentou o segundo ponto de que o pessoal do MC&T na acreditou que o grupo iria conseguir. E o terceiro, as pessoas, a qual por sorte o Brasil possui bom diálogo e possui uma diplomacia responsável.



- **Lirani, representante do setor empresarial e bolsista:** informou que é um provedor pequeno que leva a Internet na beira de encosta, no pântano e no interior, onde ele afirmou duvidar que a solução com fibra ótica resolverá os problemas de acesso à Internet, como é apontado no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). É uma situação totalmente diferente, pois é preciso estar no meio do mato e tentar levar a Internet para essas populações, pra ver como é que faz. Falou isso, pois sente que a ANATEL está querendo massacrar os provedores. Relatou que a ANATEL acabou de fazer uma campanha lançando essa resolução 614 no seu artigo de 64, e vem dizer que as sedes darão gratuitamente o acesso à Internet, quando pelo que já cobram está incluído isso. A Internet era um território totalmente diferente, mas atualmente é um misturado em que se quer fazer tudo em uma coisa só. Também disse que havia recebido a informação de que naquela semana, o conselheiro da ANATEL foi dentro do Senado e declarou que Internet é assunto da ANATEL e que eles vão controlar isso. A informação é extraoficial, segundo Lirani, mas ressaltou que enquanto ficavam sonhando, falando da liberdade, de uma não intervenção de governo, deve-se defender a posição brasileira lá fora. Por outro lado, declarou que o governo em contrapartida fica fazendo essas lambanças por fora.
- **Hartmut Glaser, Secretário Executivo do CGI.br:** destacou que desde o início da Internet também teve participação do setor privado, de uma forma muito generosa e muito circulada de interesses. As pessoas aqui contam, e muito provavelmente o fato de existir meia dúzia de dinossauro de 70 no Seminário. Provavelmente poderia ser um argumento para que o pessoal hoje na casa dos 20, comece a achar interessante essa história de implantar políticas públicas, e implantar políticas públicas é uma encrenca que envolve política, incertezas, indecisão e especialmente socos.



- **Lafaete Pankararus, membro da Nação Pankararus:** iniciou sua fala destacando o que chamou sua atenção em todas essas intervenções até aquele ponto do Fórum era de que a sociedade civil está se organizando, e portanto deve-se fazer algo para que de fato tenhamos acesso aquilo que é um bem comum. Questionou se de fato o governo entende que tudo que é criado pertence a humanidade e não a algumas empresas privadas, nacionais e internacionais. Indagou também se o governo entende que os membros de unidades tradicionais e pequenas regiões não desperdiçam o fato de estar nestas discussões. Destacou ainda estar participando do Fórum da Internet pela terceira vez, e acredita que o CGI.br tem feito seu papel desde a sua criação até o determinado momento. Esse deveria ser o papel do governo, o governo que deve se aproximar mais das organizações e da sociedade e entender que essa sociedade clama por um desenvolvimento e por tecnologia. No interior de Pernambuco, no sertão de uma cidade chamada Jatobá, de 17 mil habitantes, questionou com quem se discutirá banda larga, provedor e Internet. Apontou que essas discussões devem ser feitas no III Fórum da Internet do Brasil organizado pelo CGI.br. Pankararus apontou que fosse discutida a construção de pontes sobre a questão da Internet no Brasil e no mundo, questionando com quem se discutiria: com os Estados Unidos, com a China e com o Japão. Disse acreditar que não irá ter esta oportunidade, citando que a sociedade civil organizada presente no III Fórum da Internet no Brasil também não terá, mas o CGI.br pode proporcionar isso a todos para a melhoria do bem comum que é a Internet. Também afirmou querer ter o direito de acessar o *Facebook*, o MSN, o e-mail, mandar mensagens etc. Lafaete também comentou que deseja discutir a importância em sua escola, através de vídeo aula com Internet, discutindo, construindo telecentros em todas as escolas do país, computadores funcionando com acesso à Internet. Citou a importância do acesso à Internet e lembrou que este é o motivador das pessoas estarem no Fórum. Foi por conta de toda essa construção que a Internet hoje para o país tem se tornado fácil, mas ao mesmo tempo se torna difícil porque o governo hoje diz uma coisa e



amanhã ele diz outra. O Brasil apenas tem criado dificuldade para que se discuta a questão da Internet em nosso território. Disse que o governo precisa respeitar esse Fórum e as pessoas que estão ali discutindo esse bem comum. Porém, é necessário também que as pessoas participem. Por fim, questionou a falta de participação governamental e cita a importância de no IV Fórum, com o CGI.br, o governo possa participar de maneira efetiva.

- **Joana Varon Ferra, pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade:** concordou com Carlos Afonso que se falar de Internet no Brasil a posição muda dependendo do interlocutor. Ela tem acompanhado ultimamente as discussões da ITU, e ainda encontrando atores, agentes da sociedade civil internacional que são os que fazem perguntas tal como se o Brasil é esse ou outro. E isso causa uma esquizofrenia, por exemplo, no caso da ANATEL. E essa esquizofrenia tem piorado, pois ela está pendendo para o outro lado, visto que a agenda tem sido discutida em âmbito internacional, contudo, poucas decisões são tomadas. Por fim, apresentou a seguinte questão: não seria o momento do CGI.br começar a prestar mais atenção neste Fórum? Isso porque a ANATEL está realizando simultaneamente a este fórum a preparação do Brasil para esta conferência. Termina sua manifestação dizendo que acredita ser necessário ir além de bater na porta da ANATEL, mas chutá-la, se for o caso.
- **Hartmut Glaser, Secretário Executivo do CGI.br:** respondeu Joana dizendo que o CGI.br tem procurado ao máximo participar das reuniões da ANATEL. Contudo, obviamente o CGI.br está valorizando muito mais a presença no Fórum da Internet que a reunião em Brasília. Normalmente um ou dois conselheiros participam das reuniões muito mais como observador e algumas das decisões acabam voltando para o CGI.br ou depois então discutidas dentro do CGI.br com a presença da própria ANATEL. Então, não há uma omissão, mas é difícil porque normalmente as reuniões são convocadas



em Brasília, e para quem está em Brasília é mais fácil. Portanto, afirmou que o CGI.br não está omissos, mas que poderá se reforçar e levar as recomendações.

- **Paulo Lima, Saúde e Alegria:** iniciou sua intervenção fazendo comentário a leitura de Lafaiete Pankararus, pois foi muito objetiva. Destacou que existe uma grande preocupação com a dificuldade de interlocução entre o governo e a sociedade civil e que houve um retrocesso. No Fórum foi apresentado como a Internet foi construída, junto com o Tadao, com o Carlos Afonso e com vários representantes do governo. O fortalecimento de uma estrutura que é o CGI.br, com um colégio eleitoral significativo e uma grande participação na eleição dos conselheiros, é um tema importante que precisa ser discutido no setor empresarial e é uma conquista, pois algumas pessoas vem afirmando nos últimos anos que as estruturas de interlocução que existiam entre estado e sociedade civil viraram espaços de desconfiança e não se apresentam mais como estruturas de construção coletiva. Defendeu que não existe mais um grupo ou um espaço coletivo de debate e há a preocupação maior do risco de perder estes espaços. Paulo Lima apontou que daqui a pouco será necessário fazer camisa "O CGI.br não somos nós" ou "O CGI.br nos representa" e ir para as ruas. O que não pode acontecer é perder o espaço, a conquista da transparência e com legitimidade. Sugeriu também reuniões com *streaming*, assim como a ANATEL já realiza.
- **Laura Tresca, da Artigo 19:** tentou acrescentar um ponto sobre espaços de auto-participação, pois possui a impressão de que nesse processo de discussão, dos sólidos que se discute políticas de internet, se criou com o código de governança, uma tentativa de ser *multistakeholder*, e a participação mais efetiva da sociedade civil. Para ela, as outras estruturas competem nessa esfera, nesse campo de governança de Internet, começaram também a criar, e chamar para si o tema de "*multistakeholder*". Todas as outras organizações e reuniões como ICANN, ITU, apontam ser espaços de participação e de



estar de portas abertas. E isso tem distorcido o conceito de *multistakeholder* e participatório. Outro comentário feito foi de acrescentar uma perspectiva positiva ao IGF hoje. A primeira vez que ela participou do Fórum do IGF foi ano passado e acredita que exista um processo de formação de consensos, contudo, estes não estão em formato estruturado. Por exemplo, ela acredita que a defesa da neutralidade de rede se tornou um consenso presente entre a sociedade civil. Mas isso se deu de forma difusa, não sendo em formato de declaração, ou seja, em formato de um documento. Também viu como positiva a atuação das organizações fora das plenárias, pois muitas das iniciativas em conjunto nascem desses fóruns e dos contatos, o que não invalidaria totalmente o modelo. Por fim, apontou ser necessário haver melhorias, mas existem alguns aspectos positivos.

- **Hartmut Glaser, Secretário Executivo do CGI.br:** em resposta ao comentário de Paulo Lima, da Saúde e Alegria comentou que o *streaming* foi colocado na lista como uma das possíveis experiências, mas não foi aprovado. Nem sempre se consegue ter unanimidade no CGI.br e que se respeitam as opiniões contrárias. Em relação ao exemplo da ANATEL, Hartmut acredita que fora um pouco infeliz, as decisões são tomadas de portas fechadas, e depois há uma reunião apenas pra mostrar ao público, que é transparente e aberta. Apontou que não gosta de ser comparado com a ANATEL, pois no momento não é modelo muito feliz, e, portanto, fez a ressalva.
- **Carolina Rossini:** fez um convite para as novas pessoas presentes no Fórum para as várias formas de participar do debate, muitas vezes de forma direta. O CGI.br tem as suas limitações para formar essa opinião multissetorial, contudo, as organizações da Sociedade Civil, da Academia e de Tecnologia podem participar desse processo diretamente nos processos internacionais. Deu o exemplo que o pessoal da ITU abriu uma página de consulta aberta para os debates e todo



mundo pode mandar propostas diretas de participação para isso. Existe um formulário que não precisa ser criativo para ser preenchido e do ponto de vista da estrutura é uma coisa organizada e tem documento de suporte. Portanto, há alternativas de debater além do braço político do CGI.br.

- **Hartmut Glaser, Secretário Executivo do CGI.br:** apontou que foi anotado também a forma de participar através de listas de discussão.
- **Fernando Mallmann:** concordou com a fragilidades dos direitos, mas sobre o processo de revisão do WSIS+10, levaria em conta um dos princípios que foram consolidados em Tunis, que é especificamente do multissetorialismo. Segundo ele, a Agenda de Túnis foi provavelmente o documento que consolidou o termo no âmbito na discussão da Sociedade da Informação. Com a revisão ampla que o **Rômulo Neves** disse, é realmente necessário realizar uma revisão profunda. Também comentou sobre identificar quais são os desafios que surgiram e os impactos que são importantes de manter porque a partir de 2015 não se sabe exatamente como será a agenda das discussões globais da Sociedade da Informação e da Governança na Internet. Para Fernando, há sim um risco da discussão ser encampada somente pelo Governo, mas acredita que com a participação da sociedade civil brasileira, que é forte e atuante exemplar, esses riscos podem ser superados. Também achou importante resgatar historicamente como surgiu o conceito de cooperação aprimorada na discussão de Túnis levando em conta os princípios consolidados como é o caso dos princípios do multissetorialismo. Terminou comentando que a cooperação aprimorada é um mecanismo que tenta encadear todos os países na discussão de governança e da Sociedade de Informação, especialmente os países em desenvolvimento, pois eles pularam algumas etapas importantes nas discussões da implementação de políticas públicas globais.



- **Ronaldo Pankararus**¹⁸: agradeceu a mesa pelo espaço que foi dado aos povos tradicionais e sentiu-se honrado em estar participando deste momento e também da comunidade, pois segundo ele é um momento histórico, visto que a Internet tem se apresentado para os educadores como uma ferramenta de possibilidade. Questionou como é possível pensar em uma sociedade, em educação e outros segmentos da sociedade sem pensar na utilização da Internet. Comentou também sobre o Projeto Índios Online¹⁹, uma rede digital de comunicação entre os povos indígenas. Por isso o debate da Internet é tão importante, afirmou ele. Ronaldo também apontou que disseminará todo o conhecimento adquirido no evento na rede indígena e na região.
- **Carlos Affonso de Souza, ITS**: iniciou sua intervenção destacando que é necessário utilizar os eventos presenciais para se organizar e trazer o público iniciado, bem como trabalhar temáticas como o Marco Civil da Internet, visto que mais da metade dos cidadãos brasileiros não está conectada na rede. Sugeriu para eventos futuros tentar criar, entender as formas e quais os resultados práticos que podem ser levados para o IGF. Reunir pessoas e criar iniciativas já é uma vitória do IGF. Apontou que o que for tirado do fórum, ainda mais um fórum que tem como subtítulo “Construindo Pontes” é importante, acreditando que a cada Fórum isso se amplie e que as ações do governo sejam cada vez mais monitoradas para que não pegue ninguém de surpresa, assim como não foi pego em uma entrevista dada em Belém.

¹⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki/pancararus>

¹⁹ http://www.indiosonline.net/projeto_indios_on_line_e_nosso_responsab/



- **Hartmut Glaser, Secretário Executivo do CGI.br:** comentou que a ideia do tema Construindo Pontes é exatamente que a sociedade toda estivesse unida através de pontes. Podem até existir ilhas, mas se elas estiverem unidas por pontes, pode-se criar uma estrutura, uma proposta única e é isto que o Brasil quer e o CGI.br deseja.
- **Vitor, do Mídia Ninja:** destacou o potencial de apropriação da ferramenta que é a Internet. Acredita também ser interessante entender o papel da Internet não só pelo valor econômico dela quando se fala sobre inclusão digital, mas também focar o empoderamento social que esta pode oferecer. Também fez uma analogia de alguns países que se utilizaram da Internet para combater ditaduras. Baseado no último fórum, afirmou que o Pará não entraria no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) como os outros demais estados, e segundo ele, o Navega Pará é um caso muito bonito no papel, mas que na prática ele não funciona, porque tem falhas na concepção do projeto, dentre estas as que não prevêm a sustentabilidade e a manutenção da infraestrutura que foi criada. Por exemplo, existem acordos que impedem que a banda larga possa ser vendida ao mercado de uma forma que se crie um interesse na manutenção imediata das fibras óticas e dos meios de comunicação que fazem parte desta estrutura. Destacou que quando se fala de inclusão social na Amazônia deve-se existir um estudo mais aprofundado levando em consideração o custo amazônico, o isolamento, as diferenças sociais e as relações de dominação marcantes da região. Também disse acreditar que um plano aprofundado possa satisfazer essa demanda, que é de toda a região Amazônica. Citou o Pará por conta dos casos práticos de implementação de um projeto de inclusão digital que foi o Navega Pará, que começou bem, mas já apresenta problemas devido à falta de manutenção. Alegou que o projeto está começando a só funcionar para as pessoas de classes altas,



corroborando para a opinião das pessoas de que é um caso legal de inclusão digital, sem dar oportunidade de empoderar pessoas para que possam fiscalizar não só a inclusão digital, mas também empoderar para o desenvolvimento social.

- **Marcos Urupá, Coletivo Intervezes:** iniciou sua intervenção dizendo perceber uma evolução do nível do debate. Contou ter tido a oportunidade de participar dos três fóruns e tanto as pautas quanto a formulação dos participantes tem se elevado significativamente. Isso demonstrou que está se conseguindo minimamente inserir a pauta e as pessoas sobre o que é a Internet de uma maneira global e maior. Ao mesmo tempo, questionou repensar o que o Fórum poderia representar dentro desse processo de construção, visto que este não se coloca como espaço deliberativo, mas sim um espaço de amadurecimento, cabendo fazer essa reflexão do empoderamento nesse espaço. Um segundo ponto é sobre o programa Navega Pará, ao qual Marcos pediu para que se fosse feito um processo histórico dos princípios colocados, para o que é de fato uma política pública de universalização. Além disso, lembrou que quando o governo necessita de sustentabilidade no projeto, o governo possui arrecadação, mas as entidades tem que pagar luz, tem que pagar energia, e portanto é necessário instigar e dar subsídios mínimos para os proletários.
- **Harmut Glaser, Secretário Executivo do CGI.br:** apontou que o CGI.br precisa receber e trabalhar essas informações do Fórum, não só catalogando, mas também avaliando e tentando implementar sempre que for possível. Finalizou a intervenção incentivando a todos usarem os meios de comunicação que existem, como a página do CGI.br, a página do Fórum, onde é possível enviar contribuições e sugestões.



- **Gustavo Gindr :** destacou que o fórum está consolidado, e   perceptível a evolução. Apontou que provavelmente a próxima reunião será no Centro-Oeste, e deve-se aproveitar a energia que foi mobilizada neste evento. Outra questão apontada foi levantada por Lafaete, a qual Gustavo fez uma analogia. A escola, o prédio, o espaço, aquele instrumento social que se construiu, não é um direito humano fundamental. Mas, sim, a educação. Segundo Gindr , é a educação que possibilita as pessoas terem um direito humano fundamental e a escola se formou o principal meio para se atingir o direito humano que é a educação. Gustavo então destacou que assim   a Internet, o meio, para atingir o direito humano, que é a comunicação. Deste modo, o ser humano deveria ter a possibilidade de trocar, adquirir conhecimento e fazer com que o próximo ser humano não seja sempre o seu ponto zero. Questionou o que aconteceria se todas as gerações tivessem que aprender novamente tudo o que as gerações anteriores aprenderam, Outro ponto destacado por Gustavo Gindr  foi a dobradinha que está se estabelecendo entre o Ministério de Comunicações e Anatel. Ambos estão sendo dirigidos por pessoas do mesmo partido político, da mesma tendência dentro desse partido político, do mesmo estado da federação, que trabalharam juntos no Ministério do Planejamento e um era ministro e o outro era assessor, portanto há uma enorme identificação entre os dois. No ponto de vista de Gustavo, essa união não é positiva. Por fim, Gustavo apontou uma temática pol mica e que considerou não ter sido feita no Fórum, destacando a discussão do serviço de valor agregado para a Internet. A Internet de 1995 que é muito diferente da Internet de 2013, e sendo a Internet telecomunicação, este tem de estar na Anatel e na ITU, e a  significa que deveria ser feita uma revisão da Norma n. 4, mas descarta o debate hoje, pois atualmente é inviável.



- **Carlos Afonso, conselheiro do CGI.br:** interveio sobre a questão da qualidade do Fórum e como este poderia prosseguir. Acreditou existir um exemplo importante, que não é perfeito, mas as pessoas podem tirar como lição do que é atualmente o fórum europeu em que realizam um fórum anual, regional e possuem um processo de elaboração em cima do resultado, criando recomendações ao final do Fórum, ao contrário da cartilha do IGF, que é proibida fazer recomendação. Essas recomendações feitas são levadas ao IGF. Isso faz com que possa se pensar ao invés de um fórum anual, um processo, sendo possível construir mais conteúdo para cada fórum.
- **Magaly Pazello, Emerge - Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência da Universidade Federal Fluminense (UFF):** finalizou sua participação recuperando alguns pontos que considerou perfeito. Disse concordar com Fernando Mallmann que identificou quais foram os desafios nesses últimos 10 anos e a partir daí é necessário construir uma agenda e aprofundar. Contudo, ela discordou da necessidade de uma cúpula, assim como o Rômulo apresentou, sendo essa uma fala considerada infeliz. Magaly apontou que a maioria dos presentes e participantes foram conversar com o governo e que isso tem acontecido durante os últimos dois anos. Deste modo, como proposição, ela gostaria de deixar para o fórum o envio de uma carta para o MRE, e aproveita a presença de Fernando para dizer oralmente a demanda de restaurar imediatamente o Grupo Interministerial para Sociedade da Informação (GISI)²⁰. Ele não é considerado o modelo ideal para a professor, pois o mecanismo usado durante o ciclo social das Nações Unidas é melhor, contudo, foi destruído no início dos anos 2000 e criado um outro novo mecanismo para a sociedade de informação. E o MRE pode fazer um trabalho debaixo dos corredores. Ela ainda questionou onde estariam as ações que nunca acontecem, e se é necessário

²⁰ <http://culturadigital.br/gisi/>



uma demanda, ela demandou no Fórum. Finalizando, Magaly pontua outro ponto como a Anatel, a qual tem um mecanismo de diálogo que simula uma conversa aberta para a sociedade civil, mas na verdade, ela convoca poucos dias antes e Magaly defende o fim dessa prática. Ela sugere a volta dos grupos de trabalho. Apesar disso, ela relembrou a dobradinha de ministros e responsáveis pela área que impede qualquer diálogo.

- **Paulo Lima, da Saúde e Alegria:** iniciou sua intervenção agradecendo ao CGI.br e convidando as entidades que conversem entre si para prestarem a atenção aos prazos e que seja mantido os conselheiros que estão engajados com as principais questões de todas as disputadas as quais o fórum debateu, visto que elas estão ficando cada vez mais tensas. Pediu ao público também que se fizesse uma boa conversa sobre o impacto efetivo que aconteceu em relação a vigilância e monitoramento da correspondência oficial ou instituições norte-americanas. Ele questiona qual o impacto disso nas relações exteriores do Brasil, ao se aproximar do reaquecimento desse debate com a revisão da Cúpula da sociedade de Informação. Ele apontou estar preocupado pela onda conservadora, bem como a sua chegada ao Congresso Nacional, podendo atrapalhar as negociações. Segundo Paulo Lima, toda a sociedade civil, assim como as empresas, necessitam do Marco Civil da Internet aprovado no Brasil conforme ele tem sido construído, sem grandes modificações. Convidou a todos também a esforçarem-se para estarem presentes para a 12ª Oficina de Inclusão Digital e Participação Social²¹, dias 11 e 13 de dezembro em Brasília. Paulo apontou ser um outro espaço que está aberto para se discutir as políticas públicas nestes campos que são tão conexos, próximos, e que são tão importantes para o desenvolvimento cultural, humano e social do país.

²¹ www.oficinainclusaodigital.org.br/



- **Eduardo Tadao Takahashi, fundador da Internet no Brasil:** apontou estar indignado com o comentário do Carlos Afonso, conselheiro do CGI.br, e também que gostou do comentário do Carlos Affonso de Souza, do ITS. Dentro e fora do governo é preciso alinhar o que será discutido e apoiado na Cúpula em 2015. Isso porque, de uma forma ou de outra o Itamaraty precisará de algum tipo de gancho nos diversos fóruns e nas diversas pernas dentro do governo federal com a sociedade e com o setor privado para conseguir levar uma posição em 2015. Isso porque daria um norte para o CGI.br, que seria uma forma também de colocar alguma argumentação em relação a quem dentro do governo, ou fora do governo está pensando em fazer. Também entende que atualmente há uma dobradinha entre o Ministério das Comunicações e a ANATEL que nunca existiu. Isso teria de ser revisto e teria de ser renegociado. Sugeriu também que o CGI.br deveria ter um escritório de representantes em Brasília para que pessoas escaladas se façam presentes e representem o CGI.br em todos os assuntos. E por último, demonstrou-se interessado na criação de uma Agenda.. Certamente fóruns poderiam trazer idéias interessantes e que poderiam crescer, como se tivesse uma série de atividades que atendessem a Agenda política e a Agenda técnica, pois acredita que há uma oportunidade e que o CGI.br não utiliza que é a de atuar na horizontal enquanto cada Ministério e cada órgão do governo federal, inclusive a ANATEL, só podem atuar, de verdade na vertical. Um exemplo disso foi uma reunião a qual ele esteve presente e estavam discutindo a inclusão digital, e nenhum Ministério sabia, na verdade, sobre o assunto, pois é um assunto horizontal. Pessoas de comunidades comentaram como é a inclusão digital na Região Norte, mas no Fórum esta discussão vai além, chegando até mesmo a discutir o tema de satélite geostacionário. No sul é um tema secundário ou terciário o uso de satélite. Sugeriu que o CGI.br comece a ter projetos terciários de estudos nas diversas áreas de forma que o Comitê Gestor de Internet aumente a interlocução no governo, juntamente com o Ministério de Saúde, junto também ao MCT e assim por diante de tal forma que, se uma agenda desse tipo é tocada a



partir do início de 2014 é focada ao longo de 1 ano, eu tenho certeza que o Brasil chega na próxima Cúpula no final de 2015 com uma posição muito diferente. Entendeu que a descrição para 2015 é de um mundo feio e paranóico com muitas ações e posturas conservadoras. Contudo, o Brasil não pode deixar a maré levar e regredir uma série de temáticas que foram feitas a muito custo.

- **Hartmut Glaser, Secretário Executivo do CGI.br:** finalizando a plenária da WSIS+10, defendeu o Ministério de Relações Exteriores. Ele apontou acreditar que Magaly desconhece a história que o MRE encaminhou à Casa Civil, com um pedido de criação ou de re-criação do GISI, sendo uma gestão antes do Rômulo, colega que estava presente na Mesa de debate. No caso, este pedido foi engavetado dentro da Casa Civil. Hartmut destacou que rastreou até o fim este pedido e lamentavelmente o pedido devidamente preparado, assinado e encaminhado não teve consenso dentro da Casa Civil.



4. ANEXOS

4.1. Participantes do Seminário

n.	Nome	Organização	Localidade
1	Alexandre Barbosa	CETIC	São Paulo
2	Juliano Cappi	Secretaria Executiva do CGI.br	São Paulo
3	Carlos Afonso	CGI.br	São Paulo
4	Gustavo Gindré	Coletivo Intervozes	São Paulo
5	Magaly Pazello	Emerge — Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência da Universidade Federal Fluminense (UFF)	Rio de Janeiro
6	Eduardo Tadao Takahashi	Fundador Internet no Brasil	São Paulo
7	Lirani	Iperó Informática LTDA	São Paulo
8	Lafaete Pankararus	Nação Pankararus	Pernambuco
9	Joana Varon Ferraz	Pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) Fundação Getúlio Vargas (FGV)	Rio de Janeiro
10	Paulo Lima	Saúde e Alegria	Santarém / Pará
11	Laura Tesca	Artigo 19	São Paulo
12	Carolina Rossini	New American Foundation	São Paulo
13	Fernando Mallmann	Ministério das Relações Exteriores	Brasília
14	Ronaldo Pankararus	Nação Pankararus	Pernambuco
15	Carlos Affonso	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	Rio de Janeiro
16	Vitor	Mídia Ninja	Rio de Janeiro
17	Marcos Urupá	Coletivo Intervozes	São Paulo
18	Gustavo Gindré	Coletivo Intervozes	São Paulo